

## Reportagem Especial \*

### Série: Guerra das águas

● **No capítulo de amanhã**  
Em São Paulo, seis casos de disputa por água são registrados por dia.



**NA WEB**  
Especial. Acompanhe a série Guerra das águas  
estado.com.br/eguerradasaguas

FOTOS: ODA SAMPÃO/ESTADÃO - 12/12/2018



Em Cristalina. Nas regiões das hidrelétricas vivem quase 2 mil famílias de pequenos produtores que não têm acesso à água dos mananciais

# UM 'LAGO PROIBIDO' PARA AGRICULTORES EM GOIÁS

Produtores se queixam de usina, que diz que função prioritária é gerar energia elétrica

Patrík Camporesi / TEXTO  
Dida Sampaio / FOTOS E VÍDEOS

Quando chega ao povoado de Vista Alegre, uma região montanhosa de cerrado, na divisa de Minas Gerais e Goiás, se impressiona com um extenso lago verde formado pelo Rio Batalha. Uma placa informa que o acesso ao espelho d'água de 13 mil hectares é proibido até mesmo aos moradores.

Em Vista Alegre vivem 287 famílias de produtores rurais. Elas foram transferidas para lá após o represamento do rio e a formação do lago para movimentar as turbinas da Usina Hidrelétrica de Batalha. A promessa de fartura de água, simbolizada pelo grande reservatório, virou decepção quando os produtores receberam as primeiras "cartilhas" de Furnas, que administra a usina, avisando que todos estavam proibidos de se aproximar do lago.

Avança a 80 quilômetros do mercado mais próximo. Farmácia só a três horas de lá, e de carro. Quando o Estado chegou à comunidade, os moradores estavam reunidos para discutir o conflito sobre a água, que se arrasta há duas décadas. Em círculo, e de pé, eles se revolvavam no microfone. Duas mulheres, representantes da empresa de energia, faziam anotações enquanto os produtores descarregavam suas queixas.

Ao pedir a palavra, o produtor José Aparecido, o Cidão, de 52 anos, logo disse que se tratava de uma reunião para falar de água. Antes da barganha, afirmou, as pessoas tinham muita água para beber e plantar. "O rio que a gente pescava, as veredas e as palmeiras foram roubados. Agora não podemos nem tocar na água porque é proibido. Queremos um trabalho de irrigação, para ter emprego, circular dinheiro."

Ao Estado, a Agência Nacional de Águas (ANA) confirmou que nega, desde 2012, todos os pedidos de outorga na Bacia do São Marcos, região onde está o lago de Batalha. A agência disse que o aumento da demanda por irrigação ocorreu em paralelo à escassez hídrica e nunca fez restrições entre pequenos e grandes proprietários. "É importante notar, no entanto, que os pedidos vêm sendo negados independentemente do porte", destacou a ANA, ao observar que os pivôs foram liberados antes,

instalados antes de 2012, os pivôs — como são conhecidos os equipamentos para irrigação de grandes áreas agrícolas — revoltam os produtores de Vista Alegre. Motivo: eles argumentam que, à época, não tinham recursos para implantar projetos de irrigação.

"Esse mundo de água que vocês estão vendo aqui é proibido para nós", disse o produtor Joseli Machado dos Santos, 54 anos. "Os senhores lá de cima (autoridades) não veem isso. Os grandes produtores montam pivôs e mais pivôs. Não podemos tirar a água nem para beber e dar aos animais."

Sem acesso à água, os produtores reclamam, com boletos em mãos, do alto custo da energia elétrica na vila. "A água gera energia. E a energia aqui é mais cara que dentro da cidade. Um pequeno produtor pagar R\$ 700 por mês de energia não tem lógica", disse Joseli. "Se você tira água do lago, vão dizer que é ladrão. Nós chegamos aqui antes deles, quando não tinha barragem e isso aqui era o rio correndo."

No período em que a reportagem esteve em Vista Alegre, os assentados, um a um, faziam fila para dizer por que a comunidade precisava ter acesso à água. A expressão "lago proibido" permeou boa parte dos depoimentos.

José Ribamar, 56 anos, veio do Ceará em busca de terra com água. No fim dos anos 1990, conseguiu um pedaço de chão em Vista Alegre. "Não tenho medo. Eu quero enfrentar quem tiver que ser. Cansei de viver nessa situação humilhante e ver meus companheiros passando o mesmo", afirmou ele, que se apresentou como "clandestino". A engrenagem que Ribamar construiu para retirar água é manual. "Se eu desço uma bomba ou uma máquina para pegar água, eu saio daqui como um bandido, com risco de ir para a cadeia. Então, eu coloquei uma bomba em cima do morro e desci a mangueira até embaixo no lago", contou. "A polícia já deu a ordem: 'Não pode tirar água'. Mas o que eu faço? É a briga do cachorro grande contra o cachorro pequeno."

O Estado procurou a assessoria de Furnas, que administra o reservatório da Usina de Batalha, para apresentar todas as críticas e denúncias dos moradores de Vista Alegre. A reportagem pediu, ainda, esclarecimentos sobre as promessas que a empresa teria feito à comunidade na época da formação do lago. A concessionária limitou-se a enviar uma nota destacando que sua "função prioritária" é gerar energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional, além de propiciar "usos múltiplos", co-



'Clandestino'. Ribamar: 'É a briga do cachorro grande contra o pequeno'



Lavoura. Briga com hidrelétricas aproxima pequeno e grande produtor

mo regularização de vazão, controle de cheias, abastecimento de água e irrigação. A responsabilidade sobre a utilização desses recursos, no diagnóstico de Furnas, é da própria ANA: "Quem define o uso dos recursos hídricos é a Agência Nacional de Águas e os níveis dos reservatórios, o Operador Nacional do Sistema Elétrico".

## Fazendeiro se une a pequeno produtor

A capital federal está cercada por 2,558 pivôs de água. Os três municípios mais

irrigados do Brasil estão em volta de Brasília. Unai e Paracatu, em Minas, e Cristalina, em Goiás, lideram a expansão das lavouras irrigadas no País, que cresceram 47 vezes de 1985 para 2019, segundo a Embrapa. Concentram também disputas pelo controle dos mananciais.

Os produtores travam uma queda de braço com o setor de energia. Eles miram as Pequenas Centrais Hidrelétricas, as PCHs. "Há dez maneiras de produzir energia. Alimento, só usando água, não tem outro jeito", afirmou Alcjo Maróstica, presidente do Sindicato Rural de Cristalina. Ele contou que os produtores, assim que sabem do plano de uma nova hidrelétrica, se mobilizam para "expandir".

Cristalina conta com 63 mil hectares irrigados, o dobro do registrado em 2007. Foi naquele ano que o conflito da água na cidade começou. Maróstica era secretário estadual de Irrigação. A ANA avisou ao então gestor que não seria mais possível liberar irrigação porque era preciso sobrar água para as PCHs. "Eu disse: 'Vou reunir todos os produtores, inclusive os pequenos, e vocês vão lá falar isso com eles. Eu garanto uma coisa: se saírem vivos de lá, está aprovado'. Foi um climão."

Nas reuniões realizadas pela Agência Nacional de Águas, os produtores foram alertados de que a área irrigada do município havia chegado ao limite. A ANA informou ao Estado ter dificuldades de dar novas licenças não apenas para a região de Cristalina, mas para todo o País, e fez uma previsão preocupante. "Os conflitos tendem a se agravar, pois a demanda por água só tende a aumentar", disse a assessoria.

Um "mapa da irrigação" está estampado na presidência do Sindicato Rural do município. Na parte de cima são 180 fazendeiros, que detêm 60% da área irrigada. Na parte de baixo do mapa vivem 1.500 produtores com os 40% restantes da disponibilidade hídrica.

Na guerra com as hidrelétricas, os grandes proprietários fletam com os pequenos. A aproximação tem motivo: tradicionalmente em confronto, grandes e pequenos foram surpreendidos por outra força. O setor de energia chegou há poucos anos. Agora, o porta-voz dos fazendeiros afirma que pretende representar os pequenos produtores na luta pela água. Ele disse não ter interesse na terra dos sítiantes, mas quer aumentar a capacidade de irrigar dos grandes. Nesse caso, os pequenos não são um obstáculo. "Você acha que os pequenos não vão querer irrigar?", questionou Maróstica. "A água não é um bem para servir a uma meia dúzia."

Um dos representantes dos pequenos não é com maus olhos a sedução do tradicional adversário. Afinal, os sítiantes têm pouca força para enfrentar a política de outorga. Nas regiões das hidrelétricas vivem quase 2 mil famílias de pequenos produtores que não podem beber água dos mananciais. "Enquanto isso, os fazendeiros metem suas bombas para retirar água para irrigar o mundo", disse o secretário da Agricultura Familiar de Cristalina, Gilmar de Oliveira Matos, também assentado. "Tudo o que representa essa maravilha que é a irrigação, para nós, pequenos, não é possível."

Nomeado pela ANA para mediar a zona de tensão de água de todo o Planalto Central, Maróstica dá pistas sobre a posição que adotará. "Vai gerar energia no inferno", afirmou, numa crítica às hidrelétricas.

Em Goiás, 50 municípios vivem situação de conflito e disputa por água. Levantamento do Estado, com auxílio da Secretaria Estadual de Segurança Pública, identificou 1.885 Boletins de Ocorrências envolvendo disputa por água, nos últimos cinco anos, somente em Goiás. A secretaria estadual de Meio Ambiente, Andréa Vulcanis, afirmou que a situação de conflito chegou à região metropolitana de Goiânia. "Dou água para a cidade ou ao pequeno produtor?", perguntou.

Pela legislação brasileira, a água é um bem de domínio público, dotado de valor econômico. A gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. A lei também determina que, em situações de escassez, o uso prioritário da água é para o consumo de seres humanos e bichos.

## ONDE FICA

